

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A Precarização Subjetiva do Trabalho: Uma Reflexão a partir de Daniele Linhart

Ana Celeste Alves Casulo¹.

O presente artigo pretende expor o conceito de *precarização existencial*, proposto e desenvolvido por Daniele Linhart. A socióloga francesa procurou apreender como as novas formas de organização do trabalho vão construindo novos modos de subjetivação adequados ao modo de produção capitalista neoliberal. Essas novas formas de organização e gestão tem o objetivo de ocultar a luta de classes, desarticulando os coletivos de trabalho, alterando a percepção das condições objetivas da vida dos empregados e operários e adequando-os à realidade e à demanda dos novos modos de produção do capitalismo. Em sua fase neoliberal, as novas formas de gestão da produção são cada vez mais “ideológicas” para manter-se em funcionamento.

Em suas reflexões sociológicas, Daniele Linhart trata da forma de precarização do trabalho que diz respeito aos assalariados que possuem empregos estáveis e que faz parte de uma geração de trabalhadores originários do período histórico em que os empregados possuíam direitos trabalhistas conquistados na luta contra o grande capital e que em sua maioria encontram-se próximo à aposentadoria.

O que Linhart (1991) compreende por *precarização subjetiva* é um sentimento que surge entre os assalariados de não se sentirem seguros em seu trabalho, sendo descrito

¹ Ana Celeste Casulo é psicóloga clínica e psicanalista, com especialização em psicopedagogia. É pesquisadora da Rede de Estudos do Trabalho (RET). E-mail: ana.celeste590@gmail.com

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

pelos trabalhadores como uma sensação de não está em “casa”, de não dominar o seu trabalho, de não poder desfrutar do conhecimento adquirido para desenvolver a sua atividade laboral com tranquilidade. De acordo com ela, os trabalhadores queixam-se de que é preciso se esforçar permanentemente para adaptar-se e cumprir objetivos fixados. A ordem do dia é não se arriscar fisicamente e nem moralmente no caso de contato direto com o cliente.

Por vezes os trabalhadores relatam um sentimento de não ter a quem recorrer em casos de necessidade. A ideologia da individualidade é estimulada pelas empresas. De acordo com Linhart, os colegas de trabalho são vistos como inimigos, inclusive aqueles que deveriam colaborar entre si. Todos são vistos como concorrentes uns dos outros, desenvolvendo um sentimento de isolamento e abandono (desamparo) e sentimento de não estar à altura, sendo obrigado a cometer erros para que o trabalho seja executado.

Diante dessa realidade é exigido do trabalhador assalariado assumir a administração de um trabalho falho e que contraria seus valores éticos, inclusive sendo obrigado a assumir posturas que justificariam o seu próprio afastamento da empresa. Esse tipo de postura também gera conflitos de ordem moral. Muitos trabalhadores estáveis são constrangidos a tal ponto por seus superiores (assédio moral), que acabam pedindo demissão tendo em vista que foram levados a assumir uma disfunção no andamento do trabalho ou foram obrigados a cometer erros éticos, morais e de prescrição do trabalho para garantir o lucro das empresas (LINHART, 1991).

Existe um esgotamento do trabalhador exposto às novas formas de gestão no que diz respeito a suas condições físicas e psíquicas. O desgaste psíquico é decorrente de um excesso de tensão em relação ao desenvolvimento de suas atividades laborais e ao estímulo do individualismo. Linhart associa a “precarização subjetiva” aos casos de suicídio no trabalho e ao aumento de usos de neurolépticos no local de trabalho. Por exemplo, na França após a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 35 horas² vem

² As 35 horas de semanais na França são uma parte de uma reforma trabalhista que foi aprovada em duas fases, com a lei 'Aubry 1' em junho de 1998, e a lei 'Aubry 2' em janeiro de 2000. Este reformas foram feitas

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

sendo realizada através da mídia, um ataque direto aos funcionários públicos que tiveram esse benefício. A mídia os acusa de privilegiados e indolentes. Com esses constantes ataques midiáticos, a socióloga observa que a opinião pública da sociedade francesa passou a adotar a mesma opinião da mídia burguesa. (LINHART, 1991).

A “precarização subjetiva” está ligada a dois elementos: (1) a *desagregação das respostas coletivas às agressões no trabalho*; e (2) à *pretensão do empresariado em mobilizar os processos psicológicos básicos dos trabalhadores*, formatando-os, mobilizando-os e canalizando-os para o benefício da empresa (a “captura” da subjetividade) (ALVES, 2011). Segundo Linhart, a modernização das relações de trabalho na França está marcada por uma individualização sistemática do trabalhador, sendo o processo de precarização do trabalho, a resposta do grande capital à luta de classes e à organização sindical – pelo menos desde o fim da década de 1960, quando aconteceu as manifestações de maio de 1968, quando emergiu um movimento estudantil e operário propondo a ampliação dos direitos civis e a revisão dos costumes.

O conceito de “precarização subjetiva” para Daniele Linhart diz respeito ao sentimento de não poder *confiar* nas suas rotinas profissionais e em suas redes sociais, além dos seus *saberes* terem que se *adaptar* constantemente às mudanças extremamente velozes. Para ela, a precarização subjetiva significa enfrentar dilemas que põem em questão a própria formação ética e moral associada à individualização extrema. Enfim, para Linhart, precarização existencial pode ser definido como sendo um sentimento de solidão e abandono. Surgem então sentimentos autodepreciativos tais como não estar à altura do trabalho ou simplesmente, fazer um trabalho ruim. A insegurança é o elemento ao qual esses sentimentos estão associados, trazendo como consequências, pedidos de demissão “motivados” por questões pessoais, pois, o trabalhador se sente coagido pela

sob o comando do primeiro-ministro Lionel Jospin, cuja prioridade era a de diminuir a taxa de desemprego, que estava em um patamar alto, de 12,5%. O objetivo era induzir a criação de empregos através da partilha de trabalho. A duração legal da jornada de trabalho era de 39 horas semanais, que havia sido estabelecido por François Mitterrand. A jornada de 35 horas semanais foi o programa eleitoral do Partido Socialista de 1981, intitulada de 110 Proposições para a França, mas não foi alcançada por causa de uma má situação econômica

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

empresa a se demitir, por não se sentir parte do ambiente de trabalho. A precarização subjetiva ou precarização existencial está por trás de muitos casos de demissão, assim como também está por trás de muitos casos de suicídio no trabalho. Segundo Linhart, os casos de suicídio não são investigados e são considerados acidentes de trabalho provocados pelo aumento de tranquilizantes e neurolépticos, inclusive no local de trabalho.

Na verdade, o processo de alienação intitulado por Linhart como sendo a precarização subjetiva, é o que Karl Marx chamou nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (1844), de alienação/estranhamento, quando a exteriorização do trabalho se torna sofrimento para o trabalhador e o trabalho não pertence mais ao seu ser. Nesse caso, o trabalhador não se realiza no trabalho, mas o trabalho o nega como pessoa. O trabalhador se sente infeliz, não desenvolvendo nenhuma energia física e espiritual livre. O trabalho estranhado mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente em casa fora do trabalho e sente-se fora de si quando está no trabalho. Está em casa quando não trabalha; mas quando trabalha, não está em casa. O jovem Marx ainda relatou que, quando a exteriorização estranhada do trabalho atinge níveis insuportáveis, o trabalhador foge do trabalho (de certo modo, isso explica a constatação da Daniele Linhart a respeito do aumento do número de demissões entre os trabalhadores estáveis e inclusive no aumento de suicídios).

Mas o que diferencia as reflexões de Daniele Linhart daquelas que Karl Marx fez há quase 200 anos nos “Manuscritos Econômico-Filosófico”? Podemos dizer que a tecnologia de exploração do trabalhador e os dispositivos ideológicos à disposição dos capitalistas são hoje extremamente sofisticados, com os novos meios de gestão sendo responsáveis pelo agravamento do processo de alienação e exteriorização estranhada do trabalho. Além disso, a manipulação pelo consumo com o acesso do trabalhador ao mundo de mercadoria de todos os tipos por meio do crédito é algo que não havia no tempo de Marx. Deste modo, existe hoje, mais do que nunca, um aprofundamento das contradições entre o trabalhador e o trabalho assalariado. A mercadoria (e o crédito) são

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

os dois dispositivos que mais afastam o trabalhador da consciência de sua própria condição alienada.

Daniele Linhart observou que a relação do trabalhador com sua atividade laboral começa a apresentar um viés mais obsessivo no sentido de que a atividade laboral passa a ocupar a maior parte do tempo de vida dos trabalhadores assalariados, não se limitando apenas às horas trabalhadas na jornada de trabalho legal. Mesmo encerrando o expediente diário do assalariado, ele continua dedicando sua energia psíquica numa determinada atividade de trabalho, apesar de estar no seu período de descanso. Os dias de folga ou o seu tempo livre, são trocados por horas de trabalho. É curioso que o pai do taylorismo, Frederick Taylor, transformou sua própria obsessão por controle – um traço de sua personalidade pessoal - como elemento essencial de sua administração científica do trabalho (BRAVERMAN, 1974)

Com o capitalismo neoliberal, a grande indústria incorporou-se à subjetividade do trabalhador assalariado, transformando-o numa extensão da própria empresa. Ele tornou-se responsável não apenas pela manutenção da sua força de trabalho, mas pela sobrevivência da própria empresa. A vida reduziu-se ao exercício laboral.

Os espaços de subjetivação que outrora se davam pelo acesso do trabalhador aos partidos de esquerda por meio dos sindicatos e movimentos sociais, lugares de fala de construção coletiva, com a nova ofensiva neoliberal do capital, são vistos como meios de corrupção, levando os trabalhadores a terem aversão pela política. O afastamento da classe trabalhadora das atividades políticas e a sua alienação da cultura e do lazer, aliado a precarização dos salários e das condições de trabalho, produzem o sofrimento psíquico denominada por Daniele Linhart de “precarização subjetiva”, que consiste no isolamento e na solidão das pessoas que trabalham. Esse tipo de sintoma psicológico nos ensina que o laço social encontra-se em risco. Como vimos, a precarização subjetiva corresponde a uma dimensão do processo de estranhamento, sendo marcada pelo enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores. A solidariedade entre os colegas de trabalho

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

começa a ser substituída por relações de concorrência, inveja, desânimo, desconfiança, medo do futuro, intolerância, ansiedade e ressentimento social.

Portanto, a precarização subjetiva tem origens nas novas políticas de gestão das organizações, aliadas com os processos de burocratização dos sindicatos e partidos de esquerda. Esvaziou-se os meios de expressão (e representação) da luta de classes. Uma vez que os trabalhadores foram seduzidos pela ideologia empresarial, que passou a valorizar o desenvolvimento de suas competências individuais (intelectuais, afetivas e emocionais), os trabalhadores passaram a acreditar que suas habilidades pessoais são dons imprescindíveis para o funcionamento do capital, criando assim, a ilusão de que eles são “insubstituíveis” para a empresa. A incorporação da ideologia empresarial produziu uma confusão subjetiva pois ocultou-se o fato de que, para a empresa capitalista, os trabalhadores não são pessoas humanas, mas sim, peças da máquina de produção do capital, perfeitamente substituíveis como qualquer outra peças do sistema de máquinas.

Os trabalhadores passaram a acreditar que sua dimensão subjetiva estaria sendo valorizada. Essa é a forma de operação ideológica que distorceu a capacidade de ver a totalidade social. A ideologia tem a função de operar para (e ao lado) da alienação. O efeito subjetivo no trabalhador da alienação mais o poder da ideologia da classe dominante, fez com que o sujeito deixasse de ser efetivamente sujeito-de-classe. Acreditou-se que sua individualidade estava sendo preservada, quando na verdade, o trabalhador era apenas mais um elemento de produção do capital (é o que podemos denominar de “reificação”).

O processo ideológico de manipulação da força de trabalho fez com que o trabalhador começasse a acreditar que ele individualmente seria capaz de “vencer” e migrar de classe social por meio do esforço e do trabalho (*meritocracia*) ou aderir à teologia da prosperidade das igrejas neopentecostais. A teologia da prosperidade parte do princípio, de que Deus gratifica os seus servos com “bênçãos materiais”. Em outras palavras: Deus compensa aqueles servos mais tementes, empreendedores e obedientes com bens materiais.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

De acordo com Linhart, o processo ideológico fez com que a capacidade de mobilização e a empatia entre os trabalhadores fosse substituído pela concorrência, inveja, egoísmo e ressentimento. Aos poucos, os novos modelos de gestão e as promessas de alcançar cargos de chefia e até mesmo ter sua própria empresa, vão desmobilizando o trabalhador, e em muitos espaços, o coletivo desaparece, só reaparecendo, quando por conveniência, entre os trabalhadores, como uma espécie de “consciência sazonal” ou melhor, um sintoma do corporativismo - aparece e desaparece por meio de necessidades eminentemente egoístas e imediatas.

A ideologia dos novos modelos de gestão reconhece como trabalhador competente aquele que incorpora a ética da empresa na qual trabalha. Essa assimilação de valores da burguesia, faz com que o trabalhador seja recompensado por seus bons serviços prestados, seja através de um cargo melhor ou por meio do aumento de salários ou até mesmo, pelo reconhecimento de seus superiores. Mas não o protege dos cortes e dos constantes ajustes empresariais visando melhorar a rentabilidade da empresa. Segundo Linhart, a precarização subjetiva consiste em uma estratégia empresarial de dominação que mantém os trabalhadores num estado de constante excitação e insegurança. Os afetos são mobilizados desde os momentos de ansiedade e até mesmo das crises de pânico, sendo assim, frequentes, intensos e constantemente reatualizados.

As narrativas de sucesso se contrapõem as narrativas de fracasso, uma vez que os trabalhadores estão constantemente sob avaliação dos colegas, chefes e equipes de avaliadores, sendo eles incompetentes para avaliar os processos de trabalho e as especificidades de cada atividade desempenhada, não tendo as competências técnicas e profissionais para a realização dos processos de avaliação. Mas mesmo sem a devida competência, os avaliadores penalizam os trabalhadores que podem ser demitidos ou deslocado de sua função para outra de mais responsabilidade com melhores salários (ou não). Criam-se narrativas do processo que pode ser de fracasso ou de sucesso, fazendo com que o trabalhador se sinta vencedor ou responsável pelo fracasso pessoal. O possível fracasso na maioria das vezes é encarado como uma catástrofe pessoal. O momento da

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

avaliação é esperado com muita angustia, pois o futuro de cada sujeito vai depender da opinião de um conjunto de “gestores da avaliação”. As consequências do processo de avaliação é o assédio moral e o *burnout*. Ao invés de funcionar como um produtor de vida, o trabalho torna-se um gerenciador da pulsão de morte provocando todo tipo de adoecimentos no trabalho.

A individualização

O movimento de maio de 1968 teve como consequência uma greve de três semanas que preocupou bastante o patronato, o que fez com que o patronato se organizasse em um contragolpe, promovendo a *individualização dos trabalhadores*. Os patrões de um lado, responderam às aspirações das manifestações juvenis de maio de 1968 que pediam mais atenção individual; e do outro lado, instauraram uma *atomização das forças de luta sindical*. Essas forças do movimento sindical seriam capazes de desestabilizar o patronato e com ele, o próprio capitalismo. As novas formas de gestão prometeram desenvolver a “pessoa” investindo nas suas competências individuais, para que suas competências fossem aplicadas no trabalho para uma maior lucratividade. Esse investimento no indivíduo levou a desarticulação dos coletivos de trabalho, substituindo-os pela individualização das relações de trabalho (LINHART, 1991).

As grandes corporações capitalistas enfatizaram a idéia de que os assalariados deviam aderir à causa das empresas, identificando-se com a ela, tornando-se um multiplicador eficaz da nova ideologia da empresa. Por esse motivo, a maioria das empresas passou a adotar regras éticas, regras de vida ou códigos deontológicos, buscando “formatar” a subjetividade dos assalariados, incentivando-os a aderir às novas regras sociais e morais da empresa. Esses novos códigos deontológicos foram impulsionados pelas hierarquias, de acordo com os valores da empresa, suprimindo a qualquer preço, as elaborações coletivas do trabalho. Pela via de novos padrões morais e éticos, a subjetividade do trabalhador foi “capturada” e manipulada para atender aos interesses das empresas com o objetivo de desarticular os coletivos de trabalhos. O que se verificou foi uma produção ideológica que obrigava os assalariados a se adaptar aos

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

interesses das grandes corporações, transformando cada empregado, numa espécie de agente transmissor ou agente de divulgação e propagação dos interesses das elites empresariais, ocultando deste modo, a luta de classes.

O poder da ideologia

A adesão à ideologia da empresa transformou-se numa condição para que o trabalhador assalariado possa se manter no mercado de trabalho. É preciso “vestir a camisa” da empresa para que o empregado possa sobreviver na nova ordem liberal. Para Vincent de Gaulejac (2005), o instrumento de combate ideológico das novas elites empresariais é *re-narcisação* dos assalariados levando os mesmos a darem o melhor de si. Dar o melhor de si, é o segundo dispositivo que visa prender os assalariados à empresa. Os mecanismos de controle, dos trabalhadores pelo véis ideológico, foi aprimorado e instalado como uma espécie de guerra ideológica das classes dominantes.

A guerra ideológica aconteceu sem que os trabalhadores se dessem conta do sofisticado aparato de controle social, implantados pelas novas empresas. É o que o Alain Eherenberg (2010) vai dizer em seu livro “O culto à performance”, onde discorreu acerca do modo como o avanço da sociedade do consumo e da vida privada misturou-se por meio do surgimento da empresa que apareceu como a solução para o mal-estar social. A empresa apareceu como aquela que prometia torna-se um espaço de realização pessoal, utilizando-se da metáfora esportiva como o símbolo da competição entre as empresas e dentro das empresas. O esporte aparece com uma função muito específica no sentido de estimular a competição e a performance dos competidores ou melhor entre os trabalhadores nas empresas. Para Eherenberg, a imagem do competidor do sportista amarrado no tripé: esporte, aventura e empresa compõem os três significantes que marcam a mitologia da autorrealização.

A mitologia da autorrealização estimula as pessoas que trabalham a se individualizarem cada vez mais, as empresas passando a serem as substitutas das soluções políticas e coletivas. As empresas criaram duas versões de sportistas: uma, para a classe

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

média: realização pessoal e consumo; e outra, para as classes populares: competição esportiva justa. De um lado, promete realizar o sonho de consumo das classes média; e do outro, promete resolver o desejo de justiça das classes populares, vai se difundido então a cultura do heroísmo (EHERNBERG, 2010).

A expansão do capitalismo neoliberal ocorreu ao lado do crescimento do setor do comércio e do terciário (a produção de serviços, tais como os serviços de saúde) e também da cultura do heroísmo. O capitalismo neoliberal vem promovendo uma mudança importante no que toca à subjetividade humana, uma vez que essa modalidade de produzir bens de consumo se deu a partir da alteração da natureza do produto-mercadoria como serviço, promovendo uma transformação da força de trabalho em relação à forma original de produção da mercadoria (setor industrial). A força de trabalho tornou-se um serviço oferecido pelas empresas, tais como por exemplo, as empresas prestadoras de serviço como limpeza, segurança, saúde e educação.

O setor de serviço consiste na produção de uma ação que produz um efeito de servir às satisfações das necessidades humanas. O capitalismo neoliberal transformou isso em mercadoria, bens de consumo na forma de serviços que deveriam ser direitos constitucionais da população como, por exemplo, saúde, segurança e educação. Foi esse tipo de desenvolvimento que levou até às últimas consequências, o discurso do liberalismo econômico que tem por objetivo encolher a função do Estado.

Para que o capitalismo neoliberal tenha sustentação é preciso uma articulação ideológica bastante complexa e sofisticada, capaz de se entranhar no seio da sociedade, com consequências na cultura e nas expressões religiosas, de modo que a ideologia neoliberal possa confundir o pensamento dos indivíduos no sentido de inverter o sentido das coisas. É importante salientar que o capitalismo neoliberal é o capitalismo puro e bruto que ressurgiu, depois do fracasso do capitalismo keynesiano-fordista, com toda força após a queda do Muro de Berlim (1989) e da União Soviética (1991).

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A indústria de serviços associada com os novos hábitos de consumo do modo de produção capitalista, produziu efeitos únicos na dimensão subjetiva do trabalhador, já que, para que esses tipos de “bens [de serviço] seja produzido”, é preciso que o trabalhador mobilize as dimensões cognitivas, subjetivas e afetivas. O toyotismo se desenvolveu como ideologia de gestão, tanto para produzir bens materiais como para produzir bens de serviço. A “captura” da subjetividade, nexos essenciais do toyotismo, significou uma dimensão da precarização do trabalho: a precarização das pessoas-que-trabalham (ALVES, 2013), precarização do trabalho vivo que vai além das condições objetivas da realidade. Tal precarização consiste num tipo de sofrimento subjetivo que decorre do desgaste emocional e embrutecimento subjetivo³.

A desprofissionalização

Na medida em que as atividades profissionais se tornaram mais complexas, diz Linhart que surgiu um outro processo de “alienação” que diz respeito à nova relação que as empresas passaram a estabelecer com o trabalhador: a *desprofissionalização*, que é o processo que impede a separação entre o sujeito humano que trabalha e a própria atividade do trabalho. Nesse caso, o Eu não está mais protegido do processo organizacional do capital. O Eu se transformou em parte do processo de trabalho como processo de valorização, com a subjetividade e as características subjetivas emocionais e afetivas, tornando-se mais importantes para a atividade laboral do que a formação profissional do empregado (eis o verdadeiro espírito do *toyotismo*) (LINHART, 1990; ALVES, 2011)

A desprofissionalização impede que o trabalhador possa se reconhecer como parte da classe trabalhadora. Ele se reconhece apenas na medida em que suas características subjetivas são importantes para desenvolver o trabalho laboral, ocorrendo, deste modo, a fusão entre o Eu e a função do assalariado no processo de trabalho. Portanto, temos um Eu desarticulado do coletivo de trabalho, um Eu solitário pois está alienado dos laços sociais. Esse tipo de estratégia empresarial impede a construção da

³ Uma espécie de empobrecimento das funções psicológicas básicas como atenção, percepção, cognição sem que esse processo represente uma perda permanente das funções.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

consciência de classe e da própria luta de classes. Portanto, a desprofissionalização também pode ser pensada como sendo, de acordo com Linhart, o aprofundamento dos ataques reacionários do capital contra os coletivos de trabalho (LINHART,1991). Ataques reacionários do capital no sentido do capital *reagir* à força da união de classe dos trabalhadores em diversos momentos da história do capitalismo, com destaque para o maio de 1968 e as greves operárias selvagens na Itália e França no começo da década de 1970. As empresas para se protegerem, começaram a criar estratégias de gestão que visem desarticular a luta da classe trabalhadora e a base social dos partidos políticos que apoiam os trabalhadores assalariados.

A era neoliberal operou a “demonização” da política pelos meios de comunicação de massa. Esta é uma forma de chancelar o discurso empresarial. A corrupção decorrente do modo de produção capitalista é deslocada para os agentes públicos do Estado que passam a ser vistos como o grande mal a ser combatido. No imaginário do trabalhador, o Estado se materializa como sendo o Outro de caráter persecutório que precisa ser combatido. A relação entre Estado e trabalhador adquire um caráter eminentemente delirante na medida em que o Estado e a política como atividade pública torna-se estranhada. A política deixa de ser uma resposta racional para as questões sociais, tornando-se uma questão do campo subjetivo e afetivo, configurando-se, deste modo, *o avesso da política*. Por exemplo, os baixos salários e os altos impostos sem retornos para a sociedade - tendo em vista a austeridade neoliberal - fazem com que o assalariado perceba o Estado como inimigo público, com as empresas sendo tão vítimas quanto os trabalhadores assalariados.

A confusão mental operada pelo capital na era do capitalismo neoliberal é o que Antonio Gramsci denominou de “hegemonia cultural”. A produção da nova subjetividade alienada ocorre através da superestrutura (instituições políticas e jurídicas, sistemas de ideias culturais, doutrinas e crenças, etc) e da infraestrutura (a base real da sociedade constituída pelas forças produtivas e pela divisão social do trabalho). Posteriormente Gramsci denominou o conjunto da infraestrutura e da superestrutura de “bloco histórico”.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Na era neoliberal, o bloco histórico do capital que se utiliza dos meios de comunicação de massa para convencer os assalariados de que os direitos trabalhistas são um mal a ser combatido. Por exemplo, Daniele Linhart relatou um fato acontecido em Paris quando os órgãos públicos diminuíram as horas da jornada de trabalho. A partir daí, a grande mídia começou a acusar os trabalhadores públicos de serem preguiçosos e indolentes. Com o tempo, esta passou a ser a opinião da maior parte da população parisiense.

Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo. *O Privilegio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital*, Editora Boitempo, 2018

LINHART, 1991. “Modernização e Precarização da Vida no Trabalho” in: ANTUNES, Ricardo. *A Riqueza e a Miséria do Trabalho no Brasil*, Volume 2. Editora Boitempo, São Paulo 2011.

MARX, K E ENGELS, *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*, Editora Hucitec, São Paulo , 1987

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*, Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2002

EHRENBERG, Alain. *O Culto da Performance: da Aventura Empreendedora á Depressão Nervosa*, Editora Ideias e Letras, 2010.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão Como Doença Social (Ideologia, Poder Gerencialista e Fragmentação Social)*. Editora Idéias e Letras, 2007.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org